

Escrito por André Lopes

Quarta, 22 Janeiro 2014 16:38 -

---

Um dos elementos mais discutidos da recente actualização do tarifário da Águas do Ribatejo (AR) é o aumento de 75 por cento da Taxa de Recursos Hídricos em relação a 2013. Partidos da oposição em vários municípios accionistas da empresa vieram dizer que um aumento tão grande é ilegal. A empresa intermunicipal veio agora dizer que a taxa é inteiramente entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no início de cada ano, sendo o seu valor referente ao ano anterior. É em Janeiro que a APA informa a empresa do valor que esta tem a pagar, com base em indicadores técnicos específicos, como a variação dos caudais.

Numa sessão de esclarecimento realizada na semana passada em Alpiarça, o director financeiro da AR, Miguel Carrinho, disse que o aumento da taxa em 75% foi feito com base no histórico, ou seja, dado que em 2012 a AR calculou mal o valor cobrado aos consumidores ao longo do ano, depois teve de suportar a diferença, e agora quer repor os valores.

A sessão em Alpiarça foi de resto muito animada, tendo aparecido vários munícipes a contestar o crescimento da conta da água (4,6% em média, sendo 3% de aumento real e 1,6% da taxa de inflação), principalmente perante os lucros que a empresa teve nos últimos anos (28 mil euros em 2009, 355 mil em 2010, 611 mil em 2011 e 1,5 milhões em 2012).

Sobre os lucros, o director-geral da AR, Moura de Campos, sublinhou que todo o dinheiro gerado na empresa é aplicado em investimentos em infra-estruturas e na amortização dos empréstimos feitos para o mesmo efeito. Deu alguns exemplos da recuperação dos graves atrasos que os sistemas concelhios de abastecimento e de saneamento apresentavam na região, no momento em que a gestão passou para a AR, como a redução das perdas de água, que em 2009 era de 50% e em 2014 está globalmente em 35%. Ou o caso do concelho de Alpiarça, que não fazia qualquer tratamento de esgotos e que, no final deste ano, já terá perto de 100% de cobertura. Deu também o exemplo de Torres Novas, que é, neste momento o concelho mais carenciado de intervenções na área do saneamento e vai ser a prioridade dos investimentos (30 milhões em 2013 e 2014), diz o director-geral.

“Os lucros não são para distribuir pelos accionistas”, garantiu Carrinho, que trata das finanças da empresa. Além de servirem para a sustentabilidade a longo prazo da empresa que gere um bem essencial em monopólio, justificou parte do brutal crescimento dos lucros (200 mil euros) em 2012 com a poupança do corte dos subsídios de Natal e de férias na empresa, cujos quadros são compostos em 50% por funcionários públicos.